



**EVIDENCIAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL NOS RELATÓRIOS
DA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DO SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL**

**SOCIAL AND ENVIRONMENTAL DISCLOSURE IN THE ADMINISTRATION
REPORTS OF THE CONSTRUCTION BUSINESS**

Paulo Roberto da Cunha

Doutorando em Ciências Contábeis e Administração pela
Universidade Regional de Blumenau
Professor do Departamento de Contabilidade da
Universidade Regional de Blumenau - FURB
Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140 – Sala D 202
Bairro Victor Konder – Caixa Postal 1507
CEP 89012-900 – Blumenau/SC - Brasil
E-mail: pauloccsa@furb.br
Fone: (47) 3321 0565

Ilse Maria Beuren

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP
Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da
Universidade Regional de Blumenau - PPGCC/FURB
Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140 – Sala D 202
Bairro Victor Konder – Caixa Postal 1507
CEP 89012-900 – Blumenau/SC - Brasil
E-mail: ilse@furb.br
Fone: (47) 3321 0565

Lidia Cardozo

Graduada em Ciências Contábeis pela
Universidade Regional de Blumenau - FURB
Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140 – Sala D 202
Bairro Victor Konder – Caixa Postal 1507
CEP 89012-900 – Blumenau/SC - Brasil
E-mail: lcardozo@heringnet.com.br
Fone: (47) 3321 0565

RESUMO

Impulsionadas a melhorar o desempenho social e ambiental de seus processos e produtos, as organizações buscam meios para a divulgação de tais fatos, podendo valer-se do relatório da administração para esse fim. Este estudo objetivou identificar o nível de evidenciação social e ambiental no relatório da administração das empresas do setor de construção civil listadas na Governança Corporativa da Bovespa. A pesquisa descritiva com abordagem quantitativa dos



dados foi realizada através de análise documental nos relatórios da administração das empresas, por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa mostram que as informações de cunho social das empresas que aderiram em 2006 a um nível de governança corporativa da Bovespa apresentaram uma pequena evolução na evidenciação destas informações nos relatórios da administração de 2007. Fato este também apresentado para as informações ambientais. As empresas que aderiram a um nível de governança corporativa da Bovespa em 2007 também apresentaram uma evolução nas informações sociais em 2007, mas com redução nas informações ambientais. Conclui-se que de modo geral o nível de evidenciação social e ambiental no relatório da administração das empresas pesquisadas melhorou com a adesão das empresas a um nível de governança corporativa da Bovespa.

Palavras-chave: Evidenciação, Social, Ambiental, Relatórios da Administração, Empresas de Construção civil, Governança corporativa.

ABSTRACT

Driven to improve the social and environmental performance of their processes and products, the organizations seek means of dissemination of such facts, sometimes taking advantage of the administration report for this purpose. The objective of this study was to identify the level of social and environmental disclosure in the administration report of the companies in the construction business, listed in Bovespa's Corporate Governance. The descriptive research, with quantitative data approach was done through documentary analysis of the reports of the companies' administration, applying the technique of content analysis. The survey results show that the social nature information about the companies that joined in 2006 to a level of corporate governance of Bovespa had little change in the disclosure of this information in the administration reports of 2007, which is also presented to the environmental information. The companies that joined to a level of corporate governance of Bovespa in 2007 also presented a progress in social information in 2007, but with a reduction in the environmental information. It was concluded that in general the level of social and environmental disclosure in the report of the administration of companies surveyed have improved with the join of the companies to a level of corporate governance of Bovespa.

Keywords: Disclosure, Social, Environmental, Administration Reports, Construction Business, Corporate Governance.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a questão social e ambiental pelas empresas está se tornando cada vez maior. Devido a esta preocupação, as empresas estão implementando políticas e práticas de responsabilidades direcionadas aos direitos humanos e recursos naturais, promovendo assim um desenvolvimento, econômico, social e ambientalmente sustentável.

Em contrapartida, pressões públicas de cunho local, nacional e mesmo internacional exigem cada vez mais responsabilidade ambiental por parte das empresas, tornando-se uma



questão obrigatória para as empresas se adequarem a tais exigibilidades. Caso contrário, além das sanções que lhes serão atribuídas, as empresas terão suas oportunidades reduzidas, pois terão maior adesão as empresas que de alguma forma contribuem com o meio ambiente ou que possuam certificados do sistema de gestão ambiental.

Respeitar o meio ambiente, atender a legislação, prevenir a poluição, minimizar os impactos e melhorar continuamente os processos de gestão, são princípios que devem ser atendidos pelas organizações para sua sustentabilidade. Neste contexto, enfatiza-se a necessidade de divulgação das ações das empresas relacionadas aos aspectos sociais e ambientais. Uma maneira de evidenciar sua responsabilidade e preocupação relacionada à questão social e ambiental está no Relatório de Administração (RA), instrumento de comunicação que os gestores utilizam para prestar contas de suas ações enquanto gestores das empresas.

O RA, no entendimento de Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 505), “representa um necessário e importante complemento às demonstrações contábeis publicadas por uma empresa, em termos de permitir o fornecimento de dados e informações adicionais que sejam úteis aos usuários em seu julgamento e processo de tomada de decisões”. A evidenciação das informações sociais e ambientais de forma voluntária em seu relatório da administração fortalece sua imagem diante da sociedade e de seus acionistas, pois proporciona resultados financeiros desejados, fortalece o marketing e a imagem da organização.

Alguns setores de empresas apresentam maiores impactos ambientais e sociais, sendo que para este estudo considerou-se o setor de construção civil. O setor de construção civil apresenta grandes impactos no meio ambiente, uma vez que a edificação de obras, além de usar grande parte de sua matéria-prima extraída da natureza, implica derrubada de vegetação, poluição sonora e ambiental durante o período de construção, corte de ventos no caso de edifícios altos, entre outros danos provocados à natureza. Estes danos e sua responsabilidade social e ambiental precisam ser evidenciados pelas empresas para bem informar os usuários das informações contábeis.

Diante do exposto elaborou-se a seguinte questão problema: Qual o nível de evidenciação social e ambiental no relatório da administração das empresas do setor de construção civil? O objetivo do artigo é identificar o nível de evidenciação social e ambiental no relatório da administração das empresas do setor de construção civil listadas na governança corporativa da Bovespa. Pressupõe-se que as empresas que aderiram a algum nível de



governança corporativa tenham forte preocupação com a transparência dos atos dos gestores nas empresas, uma vez que é um dos quesitos para serem listadas na governança da Bovespa.

Governança corporativa, conforme o IBGC (2004, p. 19), “é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle”. Consta ainda neste mesmo documento que “os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando à sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações”.

A Bovespa (www.bovespa.com.br) configurou segmentos de governança corporativa (tradicional, nível 1, nível 2, novo mercado, Bovespa mais), cada qual com níveis diferenciados de obrigações de boas práticas de governança corporativa. Conforme este órgão, “as boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade”. Consta ainda que “os segmentos de listagem foram desenvolvidos com o objetivo de proporcionar um ambiente de negociação que estimule o interesse dos investidores e a valorização das companhias”.

A pesquisa justifica-se pela ausência de pesquisas similares, de forma mais específica com relação às empresas do setor de construção civil. Dessa maneira, acredita-se que a pesquisa irá contribuir para o conhecimento dos diversos usuários sobre o grau de evidenciação dessas empresas. Em termos práticos, os resultados alcançados poderão identificar se as empresas, ao evidenciarem suas informações nos RA, evoluem naturalmente ou é a partir da adesão à governança corporativa que as mesmas sentem-se pressionadas e evidenciam com maior quantidade e qualidade. No aspecto social, esta pesquisa possibilita verificar nos RA quais estratégias estão sendo adotadas pelas empresas do ramo da construção civil para a preservação dos recursos naturais e sociais.

O estudo está organizado em seis seções, iniciando com essa introdução. Em seguida, faz uma incursão teórica no intuito de conceituar evidenciação (*disclosure*) em geral e em particular evidenciação das informações sociais e ambientais contextualizadas nos RA. Na seqüência, abordam-se o método e as técnicas de pesquisa utilizadas para alcançar o objetivo estabelecido. Após, apresentam-se os resultados da pesquisa efetuada nas empresas do setor de construção civil listadas na governança corporativa da Bovespa. Por fim, evidenciam-se as conclusões do estudo realizado, além das referências que o fundamentam.



2 EVIDENCIAÇÃO

Evidenciação, conforme Falcão (1995, p. 1), pode ser entendida como “o meio pelo qual os diversos usuários das demonstrações financeiras (clientes, fornecedores, empregados, governos, analistas etc.), obtêm conhecimento do atual estágio de um determinado empreendimento econômico, tanto em termos de situação patrimonial e financeira, como de lucratividade e aplicações dos recursos disponíveis, tomando por base um período estabelecido”. Em sentido amplo a evidenciação das demonstrações financeiras pode ser entendida como um instrumento capaz de atender aos diversos usuários da informação de forma à permitir uma maior margem de segurança nas informações.

Iudícibus (2004, p. 129) afirma que a evidenciação é “um compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos”. O autor destaca que as formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: “apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário”. Salienta ainda que “ocultar ou fornecer informação demasiadamente resumida é tão prejudicial quanto fornecer informação em excesso”.

No sentido de enriquecer os relatórios e evitar que eles se tornem enganosos a contabilidade adiciona às demonstrações contábeis informações complementares, visando auxiliar o usuário dessas demonstrações a entendê-las melhor (MARION, 2007). Conforme Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 30), “as empresas precisam dar ênfase à evidenciação de todas as informações que permitem a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações desse patrimônio e, além disso, que possibilitem a realização de inferências perante o futuro”.

Denota-se que toda informação pertinente à situação da empresa merece ser evidenciada para atender de forma ampla os usuários interessados. Segundo o IBGC (2004, p. 33), “as informações devem ser equilibradas e de qualidade, abordando tanto os aspectos positivos quanto os negativos, para facilitar ao leitor a correta compreensão e avaliação da sociedade”. A evidenciação de informações econômico-financeiras é dever dos contadores, tendo a capacidade de inibir práticas ilícitas e estimular empresas congêneres à adoção de procedimentos semelhantes e, com isso, contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável (RIBEIRO, 2006).



Além das informações econômico-financeiras, outras informações devem ser evidenciadas, como é o caso das sociais e ambientais. A Lei n. 11.638 (BRASIL, 2007), de 28 de dezembro de 2007, já prevê a publicação da Demonstração do Valor Adicionado. Porém, outras informações, menos estruturadas, podem ser divulgadas no Relatório da Administração (RA).

2.1 Evidenciação das Informações Sociais

A geração de lucros não pode ser considerada como um dos únicos interesses das organizações. A própria sociedade está adotando estratégias com o objetivo de tornar as empresas mais conscientes e preocupadas com o meio social, fator este considerado essencial para a permanência das empresas no mercado. De que adianta a obtenção de elevados lucros, se a empresa não está agregando valor algum para si e para a sociedade? É preciso estar consciente que este lucro é satisfatório somente no curto prazo, e que no longo prazo a empresa não terá mais condições e oportunidades de manter-se ou expandir-se no mercado.

Pinto e Ribeiro (2004, p. 24) advertem que “o que se discute hoje é que a empresa não pode somente visar a lucros. Em seu relacionamento com a sociedade existem obrigações implícitas, tais como: a preservação do meio ambiente mediante uso adequado dos recursos naturais e investimentos em processos produtivos compatíveis com a conservação ambiental; a criação e manutenção de empregos; a contribuição para a formação profissional visando à qualificação; a qualidade dos produtos e serviços que oferece ao mercado; e outras que não são exigidas por lei, mas que são esperadas de uma empresa socialmente responsável”.

As empresas devem praticar e também evidenciar o que fazem por seus profissionais, colaboradores, comunidade e meio ambiente, dando transparência às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida de todos. Nota-se que esta informação merece se tornar pública para então construir vínculos entre a organização, a sociedade e o meio ambiente.

Segundo Ribeiro (2006, p. 42), “oferecer benefícios ou, no mínimo, não proporcionar malefícios à sociedade passou a ser o comportamento politicamente correto para angariar sua simpatia”. Assim, é possível verificar que a empresa necessita oferecer benefícios para a melhoria da condição de vida da sociedade como um todo.

Na gestão de uma empresa, a responsabilidade social deve promover um relacionamento transparente diante dos diferentes públicos com os quais interage,



proporcionando mudanças na realidade social do país. A empresa precisa adotar posturas que desenvolvam ações concretas em busca de uma sociedade com mais qualidade de vida.

As demonstrações contábeis de certa forma contribuem com a sociedade e os usuários das informações em geral, pois é nelas que todos os aspectos relacionados às medidas adotadas e os resultados alcançados estarão registrados. Ribeiro (2006, p. 42) afirma que “o conjunto das demonstrações contábeis pode servir de instrumento para tornar público o desempenho e empenho da empresa, a tendência de seu comportamento e, por inferência, seus efeitos sobre a população”.

Em pesquisa realizada por Milani Filho (2008, p. 59), que objetivou investigar se as empresas que se declaram socialmente responsáveis divulgam informações financeiras específicas sobre os recursos gastos em benefício público, constatou que, das empresas participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), nem todas que declaram realizar investimentos sociais evidenciam tal fato. O autor observou que “11,8% das entidades componentes do ISE e 72,2% das organizações vinculadas a externalidades negativas, não divulgam informações financeiras sobre o valor de gastos sociais, gerando dúvidas sobre a existência ou a dimensão dos investimentos à comunidade”.

2.2 Evidenciação das Informações Ambientais

A responsabilidade com o meio ambiente em nosso país está se tornando cada vez mais intensa. Em vista das preocupações ambientais, empresas estão adotando práticas de conscientização e preservação do meio ambiente e incorporam suas atitudes nos relatórios da administração. Assim a sociedade e os próprios usuários interessados, sejam eles internos ou externos, terão a oportunidade de identificar as empresas que estão comprometidas com os recursos naturais, que estão se tornando cada vez mais escassos.

A partir dos relatórios anuais apresentados pelas empresas, será possível verificar o quanto a informação é tempestiva, completa e fidedigna. Assim os agentes interessados na informação organizacional terão instrumentos hábeis para análise da transparência das ações, podendo acompanhar e comparar a conduta ambiental e social das empresas. Para isso, as empresas necessitam de certos parâmetros, normas e procedimentos para mensurarem, registrarem e evidenciar com certo nível de exatidão os itens econômico-ambientais.



Iudícibus e Marion (2002, p. 82) enfatizam que “a contabilidade ambiental se preocupa com a proteção do meio ambiente”. Em função da consciência de que os recursos naturais estão se tornando cada vez mais escassos, os autores afirmam que um “número crescente de empresas participa de um desenvolvimento sustentado, de gerenciamento ambiental para redução de custos operacionais, de cuidados para reduzir o risco de poluição acidental ou insidiosa etc”.

Entende-se que no planejamento estratégico de uma empresa deve haver a preocupação e a preferência por empresas cidadãs, éticas, com boa reputação e adeptas às práticas de responsabilidade ambiental. Portanto, as empresas necessitam adotar um padrão de fornecedores e parceiros embuídos de uma gestão responsável com os empreendimentos ambientais. Desse modo, seria possível reduzir gradualmente o índice de empresas sem consciência com a preservação dos recursos naturais.

A responsabilidade ambiental requer a existência de uma contabilidade ambiental nas organizações. Ribeiro (2006, p. 45) enfatiza que os objetivos da contabilidade ambiental são: “identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade”.

Abreu *et al* (2008, p. 58) analisaram a evolução da conduta ambiental das empresas siderúrgicas brasileiras, a partir de evidências coletadas nas demonstrações contábeis das empresas de 2000 a 2004 divulgadas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e observaram que “à medida que as empresas melhoram sua conduta ambiental existe uma tendência crescente em apresentar informações quantitativas”. Os autores concluíram com base nos “indicadores de evidenciação analisados, que ocorreu uma evolução nas condutas” de responsabilidade ambiental na indústria siderúrgica brasileira.

Depreende-se do exposto a importância da contabilidade evidenciar e de seus usuários exigir meios e formas de manifestação das ações de responsabilidade social e ambiental das empresas. É necessário que as empresas demonstrem os valores éticos e morais que vêm sendo introduzidos por elas e conduzem o seu modelo de gestão. Nesta perspectiva é que foi desenvolvida a presente pesquisa, cujos procedimentos são descritos na seqüência.



3 MÉTODO E TÉCNICAS DA PESQUISA

Quanto aos objetivos, o presente artigo caracteriza-se como um estudo descritivo. Nesse tipo de estudo busca-se descrever, registrar, analisar e interpretar os dados sem manipulá-los (MARCONI; LAKATOS, 2005). A caracterização como estudo descritivo explica-se pelo fato de se objetivar identificar o nível de evidenciação social e ambiental no relatório da administração das empresas do setor de construção civil listadas na governança corporativa da Bovespa.

Em relação aos procedimentos adotados, a pesquisa é documental. De acordo com Marconi e Lakatos (2005, p. 176), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que os fatos ou fenômenos ocorrem, ou depois”. Na pesquisa documental analisaram-se os relatórios da administração de 2005 a 2007 das empresas que compõem a amostra, para verificar quais informações de caráter social e ambiental foram evidenciadas.

A população compreendeu todas as empresas brasileiras do setor de construção civil que em 2006 e/ou em 2007 ingressaram em um nível de governança corporativa da Bovespa. Em 2006 ingressaram 4 empresas de construção civil em algum nível de governança corporativa da Bovespa e em 2007 aderiram 14 empresas desse setor.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é caracterizada como quantitativa. A coletada de dados deu-se a partir da leitura e interpretação realizada nos relatórios da administração, identificando categorias de natureza social e ambiental. A abordagem quantitativa foi aplicada na quantificação de cada frase evidenciada no relatório da administração, seja ela de natureza social ou ambiental, tornando possível a análise através da estatística descritiva.

A pesquisa utilizou-se da técnica da análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977), análise de conteúdo é o conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Buscou-se o conteúdo das mensagens contidas nos relatórios da administração das empresas participantes da pesquisa, caracterizando a evidenciação das informações sociais e



ambientais. A partir dos dados coletados, partiu-se para a análise de conteúdo, utilizada para estudar, analisar e quantificar, neste caso, o relatório da administração.

Para a análise de conteúdo consideraram-se como elementos de análise, além dos itens obrigatórios ou recomendados, os itens voluntários, identificados nos RA das empresas pesquisadas. Os itens obrigatórios de evidenciação estabelecidos pela Lei nº 6.404/76 (BRASIL, 1976) e recomendados pelo Parecer de Orientação da CVM nº 15/87 estão demonstrados no Quadro 1.

Obrigatórios pela Lei nº 6.404/76	Recomendados pela CVM no P.O. nº 15/87
<ol style="list-style-type: none">1. Negócios sociais e os principais fatos administrativos2. Aquisição de debêntures de sua própria emissão3. Política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos4. Modificações ocorridas no exercício nos investimentos em coligadas e controladas	<ol style="list-style-type: none">1. Descrição dos negócios, produtos e serviços2. Comentários sobre a conjuntura econômica geral3. Recursos humanos4. Investimentos5. Pesquisa e desenvolvimento6. Novos produtos e serviços7. Proteção ao meio-ambiente8. Reformulações administrativas9. Investimentos em controladas e coligadas10. Direitos dos acionistas e dados de mercado11. Perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros

Quadro 1 - Itens Obrigatórios e Recomendados de evidenciação

Fonte: Lei nº 6.404/76 (BRASIL, 1976); Parecer de Orientação da CVM nº 15/87.

Os tipos de evidenciação considerados para este estudo são os mesmos adotados por Nossa e Carvalho (2003) – que segundo estes autores foram baseados nas pesquisas de Gray *et al.* (1995), Hackston e Milne (1996), Salamone e Galluccio (2001) – e por Ott, Backes e Wiethaeuper (2005). São eles frases do tipo: declarativa (tipo 1), quantitativa não-monetária (tipo 2), quantitativa monetária (tipo 3) e quantitativa monetária e não-monetária (tipo 4).

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção faz-se a descrição e análise dos dados coletados. Inicia-se com a caracterização das empresas pesquisadas. Seguem-se os itens de evidenciação social e ambiental nos Relatórios da Administração de 2005 a 2007; evolução na evidenciação das informações sociais e ambientais nos Relatórios da Administração; evolução dos itens de evidenciação social e ambiental predominantes nos Relatórios da Administração; e análise comparativa do grau de evidenciação social e ambiental nos Relatórios da Administração.



4.1 Caracterização das empresas pesquisadas

Apresentam-se na Tabela 1 as empresas participantes nos segmentos de listagem da Bovespa do ramo de construção civil e suas principais características, tais como: atividade principal, sede, ano de fundação, número de empregados em 31 de dezembro de 2007 e faturamento consolidado de 2007.

Tabela 1 - Caracterização das empresas pesquisadas

Empresas – ingresso 2006	Atividade principal	Sede	Ano de fundação	Nº empregados (31/12/2007)	Fat. consolidado 2007 (R\$ mil)
Abyara Planejamento Imobiliário S.A.	Incorporação Imobiliária	SP	2006	NO	131.650
Brascan Residential Properties S.A.	Gestão em Participações Societárias	RJ	2005	465	435.193
Company S.A.	Construção Civil e Incorp. Imobiliária	SP	1982	717	445.199
Klabin Segal S.A.	Incorporação compra e venda de imóveis	SP	1994	171	255.598
Empresas – ingresso 2007	Atividade principal	Sede	Ano de fundação	Nº empregados (31/12/2007)	Fat. consolidado 2007 (R\$ mil)
Agra Empreendimentos Imobiliários S.A.	Incorporação de Imóveis.	SP	2006	148	302.003
Camargo Correa Desenv. Imobiliário S.A.	Incorporação Imobiliária.	SP	1996	191	240.135
Construtora Tenda S.A.	Incorporação, gestão de obras e comercialização de imóveis.	SP	1999	1.040	331.747
CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.	Incorporação de empreendimentos imobiliários.	RJ	2006	50	41.431
Even Construtora e Incorporadora S.A.	Incorporação e construção.	SP	2002	NO	449.763
Ez Tec Empreend. e Participações S.A.	Incorporação, construção, administração, locação, prestação de serviços e participação em outras sociedades.	SP	2006	NO	202.399
Helbor Empreendimentos S.A.	Incorporação de Imóveis.	SP	1977	67	255.815
Inpar S.A.	Incorporação Imobiliária.	SP	1991	303	199.562
JHSF Participações S.A.	Locação e Adm. De bens e negócios próprios e part. em outras soc. nacionais ou estrangeiras, como acionista ou quotista.	SP	2006	NO	315.407
MRV Engenharia e Participações S.A.	Adm. de bens próprios, incorporação, construção e comerc. de imóveis próprios ou de 3º, prestação de serviços de engenharia.	MG	2006	3.371	441.447
PDG Relaty S.A.	Participação em sociedades atuantes	RJ	1998	NO	573.573



Empreend. Participações Rodobens Imobiliários S.A.	e Negócios	no setor imobiliário.				
Tecnisa S.A.		Incorporação e construção.	SP	1991	NO	132.968
Trisul S.A.		Gestão de participações societárias.	SP	2006	NO	352.132
		Participação em outras sociedades	SP	2007	316	187.990

Fonte: sítio das empresas; CVM (www.cvm.gov.br); Bovespa (www.bovespa.com.br).

Observa-se que a maior parte das empresas tem por atividade principal a incorporação imobiliária. Também verifica-se que a concentração maior das empresas participantes dos níveis diferenciados de governança da Bovespa encontram-se localizadas no estado de São Paulo. Das 18 empresas, 14 estão localizadas no estado de São Paulo, 3 no Rio de Janeiro e 1 em Minas Gerais. Com relação ao ano de fundação das empresas, nota-se que diversas apresentam data de fundação recente. Isso ocorre em sua maioria devido à fusão ou reestruturação societária.

Constata-se uma variação significativa no número de empregados entre as empresas pesquisadas. A MRV Engenharia e Participações S.A. é a empresa que apresenta o maior número de empregados, totalizando 3.371 empregados, e a empresa que apresenta o menor número de empregados é a CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A., com 50 empregados. Porém, percebe-se que a quantificação de funcionários não apresenta uma relação direta com o faturamento das empresas.

Quanto às empresas em que não foi possível a coleta das informações relacionadas à quantidade de empregados, seja por falta dessa informação no RA, seja por falta de respaldo por parte das mesmas, foi considerado na tabela supracitada “NO”, para expressar “Não Obtido”.

4.2 Itens de evidência social e ambiental nos RA de 2005 a 2007

Identificam-se nesta seção os itens relacionados à evidência social e ambiental nos RA das empresas pesquisadas no período de 2005 a 2007 com maior grau de evidência. Para a quantificação dos itens evidenciados considerou-se como unidade de análise a sentença (frase). No Quadro 2 apresentam-se os tipos de evidência considerados para esta pesquisa.



Tipo 1	Declarativa	Quando a informação qualitativa é descritiva e expressa em termos exclusivamente descritivos
Tipo 2	Quantitativa não monetária	Quando a informação quantitativa é descrita e expressa em números de natureza não financeira
Tipo 3	Quantitativa monetária	Quando a informação quantitativa é descrita e expressa em números de natureza financeira
Tipo 4	Quantitativa monetária e não monetária	Quando a informação quantitativa é descrita e expressa tanto em números de natureza financeira quanto de natureza não-financeira

Quadro 2 – Tipos de evidenciação

Fonte: adaptado de Gray *et al.* (1995 apud NOSSA; CARVALHO, 2003).

4.2.1 Itens de evidenciação social nos RA de 2005 a 2007

A Tabela 2 apresenta a evidenciação social dos itens obrigatórios, estabelecidos pela Lei nº 6.404/76 (BRASIL, 1976), ou recomendados pela CVM, através do P.O. nº 15/87, ou voluntários, das empresas participantes da pesquisa. Para as empresas que até certa data não haviam sido constituídas, ou, não tinham capital aberto, a planilha trará a menção: “Não há balanço publicado”.



Tabela 2 - Conteúdo da evidenciação social das empresas pesquisadas no período de 2005 a 2007

EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DAS INFORMAÇÕES SOCIAIS												
Empresas – ingresso 2006	2005				2006				2007			
	Tipo de informação				Tipo de informação				Tipo de informação			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Abyara Planejamento Imobiliário S.A.	Não há balanço publicado				0	0	0	0	0	0	0	0
Brascan Residential Properties S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	20	2	0	0
Company S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Klabin Segall S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	20	2	0	0

EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DAS INFORMAÇÕES SOCIAIS												
Empresas – ingresso 2007	2005				2006				2007			
	Tipo de informação				Tipo de informação				Tipo de informação			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Agra Empreendimentos Imobiliários S.A.	Não há balanço publicado				4	1	0	0	3	1	0	0
Camargo Correa Desenv. Imobiliário S.A.	0	0	0	0	3	3	1	0	2	1	0	0
Construtora Tenda S.A.	Não há balanço publicado				0	0	0	0	4	2	0	0
CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.	Não há balanço publicado				2	1	0	0	0	0	0	0
Even Construtora e Incorporadora S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
Ez Tec Empreendimentos e Participações S.A.	Não há balanço publicado				0	0	0	0	0	0	0	0
Helbor Empreendimentos S.A.	Não há balanço publicado				1	2	2	0	1	3	1	0
Inpar S.A.	Não há balanço publicado				2	0	0	0	0	0	0	0
JHSF Participações S.A.	Não há balanço publicado				0	0	0	0	0	0	0	0
MRV Engenharia e Participações S.A.	Não há balanço publicado				0	0	0	0	20	3	0	0
PDG Realty S.A. Empreend. e Particip.	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
Rodobens Negócios Imobiliários S.A.	Não há balanço publicado				1	0	0	0	0	0	0	0
Tecnisa S.A.	Não há balanço publicado				24	2	1	1	0	0	0	0
Trisul S.A.	Não há balanço publicado				Não há balanço publicado				2	3	0	0
TOTAL	0	0	0	0	37	9	4	1	38	13	1	0

Fonte: dados da pesquisa.



Na Tabela 2 observa-se em relação à evidenciação social dos itens obrigatórios, recomendados ou voluntários nos RA das empresas pesquisadas, que o tipo de evidenciação declarativa (tipo 1) foi o mais utilizado; na seqüência o tipo de evidenciação quantitativa-não-monetária (tipo 2); após o tipo de evidenciação quantitativa monetária (tipo 3); e, por fim, o tipo de evidenciação quantitativa monetária e não-monetária (tipo 4).

As empresas que ingressaram em 2006 no Novo Mercado apresentaram o RA neste mesmo ano e anterior a este sem nenhuma menção para um dos tipos de evidenciação, sendo evidenciado somente no exercício de 2007. Nota-se que apenas a empresa Brascan Residential Properties S.A. evidenciou sentenças, sendo 20 do tipo declarativa (tipo 1) e 2 do tipo quantitativa não-monetária (tipo 2). As demais empresas não evidenciaram nada a respeito. Em relação ao tipo de evidenciação quantitativa monetária (tipo 3) e quantitativa monetária e não-monetária (tipo 4) nenhuma empresa apresentou evidenciação para os aspectos sociais.

Nas empresas que ingressaram em 2007 no Novo Mercado, anteriormente a esta data já havia evidenciação sobre as questões sociais. O destaque em 2006 para o tipo de evidenciação declarativa (tipo 1) foi para a empresa Tecnisa S.A., com 24 sentenças. Para o tipo de evidenciação quantitativa não-monetária (tipo 2) a empresa Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário S.A. apresentou o maior número de sentenças, totalizando 3 sentenças. Para o tipo de evidenciação quantitativa monetária (tipo 3) a empresa que mais apresentou sentenças foi a Helbor Empreendimentos S.A., com 2 sentenças. E para o tipo de evidenciação quantitativa monetária e não-monetária (tipo 4) apenas a empresa Tecnisa S.A. apresentou 1 sentença.

Em 2007 não houve significativas diferenças na quantidade de sentenças evidenciadas. Porém, observa-se que as empresas que no ano anterior tiveram algum tipo de evidenciação, em 2007 deixaram de fazê-lo. Um exemplo é a empresa Tecnisa S.A., que em 2006 apresentou 24 sentenças do tipo declarativa (tipo 1) e em 2007 não apresentou evidenciação sobre questões sociais.

O destaque em 2007 para o tipo de evidenciação declarativa (Tipo 1) foi para a empresa MRV Engenharia e Participações S.A., com 20 sentenças; além de 3 sentenças do tipo declarativa não-monetária (tipo 2). No tipo de evidenciação quantitativa não-monetária (tipo 2) o destaque foi para as empresas Helbor Empreendimentos S.A. e Trisul S.A. Para o tipo de evidenciação declarativa monetária (tipo 3) a empresa Helbor Empreendimentos S.A.



foi a única a evidenciar, apresentando 1 sentença. E para o tipo de evidenciação quantitativa monetária e não-monetária (tipo 4) não houve evidenciação deste tipo em nenhuma empresa.

4.2.2 Itens de evidenciação ambiental nos RA de 2005 a 2007

A Tabela 3 apresenta a evidenciação ambiental de acordo com os elementos já estabelecidos no item 4.2.1 (Itens de evidenciação social nos RA de 2005 a 2007).



Tabela 3 – Conteúdo da evidenciação ambiental das empresas pesquisadas no período de 2005 a 2007

EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS												
Empresas – ingresso 2006	2005				2006				2007			
	Tipo de informação				Tipo de informação				Tipo de informação			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Abyara Planejamento Imobiliário S.A.	Não há balanço publicado				0	0	0	0	0	0	0	0
Brascan Residential Properties S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	8	1	0	0
Company S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Klabin Segall S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	8	1	0	0
Empresas – ingresso 2007	2005				2006				2007			
	Tipo de informação				Tipo de informação				Tipo de informação			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Agra Empreendimentos Imobiliários S.A.	Não há balanço publicado				0	0	0	0	0	0	0	0
Camargo Correa Desenv. Imobiliário S.A.	0	0	0	0	12	0	0	1	5	0	0	0
Construtora Tenda S.A.	Não há balanço publicado				0	0	0	0	5	0	0	0
CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.	Não há balanço publicado				7	0	0	0	0	0	0	0
Even Construtora e Incorporadora S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ez Tec Empreend. e Participações S.A.	Não há balanço publicado				0	0	0	0	0	0	0	0
Helbor Empreendimentos S.A.	Não há balanço publicado				2	0	0	0	2	0	0	0
Inpar S.A.	Não há balanço publicado				1	0	0	0	0	0	0	0
JHSF Participações S.A.	Não há balanço publicado				0	0	0	0	2	0	0	0
MRV Engenharia e Participações S.A.	Não há balanço publicado				0	0	0	0	5	0	0	0
PDG Realty S.A. Empreend. e Particip.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rodobens Negócios Imobiliários S.A.	Não há balanço publicado				1	0	0	0	2	0	0	0
Tecnisa S.A.	Não há balanço publicado				13	1	0	0	0	0	0	0
Trisul S.A.	Não há balanço publicado				Não há balanço publicado				3	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	36	1	0	1	24	0	0	0

Fonte: dados da pesquisa.

Na Tabela 3 nota-se em relação à evidenciação ambiental dos itens obrigatórios, recomendados ou voluntários no RA das empresas participantes da pesquisa, que o tipo de



evidenciação declarativa (tipo 1) foi também o mais utilizado; na seqüência o tipo de evidenciação quantitativa-não-monetária (tipo 2); após o tipo de evidenciação quantitativa monetária e não-monetária (tipo 4). O tipo de evidenciação declarativa monetária (tipo 3) não teve nenhuma sentença.

Nas empresas que ingressaram no Novo Mercado em 2006, o mesmo que se constatou na evidenciação social também ocorreu na evidenciação ambiental. Nos anos de 2005 e 2006 não houve nenhuma sentença evidenciada para nenhum dos tipos de informação. E a única empresa a evidenciar sobre o tipo de evidenciação declarativa (tipo 1) e quantitativa não-monetária (tipo 2) foi a Brascan Residential Properties S.A., com respectivamente 8 e 1 sentenças.

As empresas que ingressaram em 2007 no Novo Mercado já apresentaram evidenciação de informações ambientais em 2006. O destaque em 2006 foi para a empresa Tecnisa S.A., com 13 sentenças do tipo declarativa (tipo 1) e 1 sentença do tipo quantitativa não-monetária (tipo 2). Segue-se a empresa Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário, com 12 sentenças do tipo declarativa (tipo 1). Esta empresa também apresenta evidenciação do tipo quantitativa monetária e não-monetária (tipo 4), com 1 sentença. Para o tipo de evidenciação quantitativa monetária (tipo 3) não constou nenhuma sentença.

O destaque no ano de 2007 para o tipo de evidenciação declarativa foi para as empresas Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário S.A., Construtora Tenda S.A. e MRV Engenharia e Participações S.A., com 5 sentenças do tipo 1 cada uma delas. Para os demais tipos de evidenciação, tipos 2, 3 e 4, não foram constatadas sentenças.

4.3 Evolução na evidenciação das informações sociais e ambientais nos Relatórios da Administração

Identifica-se nesta seção a evolução dos itens relacionados à evidenciação social e ambiental nos RA das empresas participantes da pesquisa no período de 2005 a 2007.

4.3.1 Evolução geral na evidenciação das informações sociais nos RA de 2005 a 2007

A Tabela 4 apresenta os itens relacionados à evidenciação social dentre os itens obrigatórios estabelecidos pela Lei nº 6.404/76 (BRASIL, 1976) ou recomendados pela CVM através do P.O. nº 15/87 e voluntários, nas empresas participantes da pesquisa. Para averiguar



mudanças partir dos anos de ingresso das empresas ao NM, 2006 e 2007, faz-se uma comparação no período de 2005 a 2007.

Tabela 4 - Evolução geral na evidenciação das informações sociais nos RA de 2005 e 2007

Empresas – ingresso 2006	Obrigatório e Recomendado			Voluntário		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Abyara Planejamento Imobiliário S.A.	0	0	0	0	0	0
Brascan Residential Properties S.A.	0	0	3	0	1	7
Company S.A.	0	0	0	0	0	0
Klabin Segal S.A.	0	0	0	0	3	0
TOTAL	0	0	3	0	4	7
Empresas – ingresso 2007	Obrigatório e Recomendado			Voluntário		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Agra Empreendimentos Imobiliários S.A.	0	0	3	0	0	6
Camargo Correa Desenv. Imobiliário S.A.	0	7	2	0	4	1
Construtora Tenda S.A.	0	1	2	0	1	3
CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.	0	2	0	0	0	0
Even Construtora e Incorporadora S.A.	0	0	1	0	0	2
Ez Tec Empreend. e Participações S.A.	0	0	0	0	0	0
elbor Empreendimentos S.A.	0	5	5	0	0	0
Inpar S.A.	0	1	0	0	0	0
JHSF Participações S.A.	0	0	0	0	0	1
MRV Engenharia e Participações S.A.	0	0	2	0	0	4
PDG Relaty S.A. Empreend. e Participações	0	0	1	0	0	1
Rodobens Negócios Imobiliários S.A.	0	0	0	0	1	0
Tecnisa S.A.	0	5	0	0	3	0
Trisul S.A.	0	0	2	0	0	0
TOTAL	0	21	18	0	9	18

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados relacionados ao conteúdo dos itens obrigatórios e recomendados no relatório da administração referente às empresas que ingressaram em 2006 a um dos níveis de GC, denotam que apenas uma empresa evidenciou questões relacionadas às informações de cunho social, sendo este evidenciado somente no ano de 2007, com 3 frases evidenciadas.

Em relação ao conteúdo dos itens voluntários, observou-se também que poucas empresas evidenciaram sobre os aspectos sociais, sendo destaque a empresa Klabin Segall S.A., com 3 evidenciações; seguindo-se a Brascan Residential Properties S.A. Nos RA de 2007 das empresas pesquisadas houve uma melhora por parte da empresa Brascan, percebendo-se uma evolução em suas informações. O mesmo não aconteceu para a empresa



Klabin, visto que em 2006 destacou-se pela maior quantidade de sentenças evidenciadas e em 2007 não apresentou nenhuma sentença.

As empresas que ingressaram em 2007 no NM, o conteúdo dos itens obrigatórios ou recomendados começaram a ser evidenciados no ano anterior (2006), sendo destaque a empresa Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário S.A. Na seqüência aparecem as empresas Helbor Empreendimentos S.A. e Tecnisa S.A. Nota-se que em algumas empresas, como, Camargo Correa, CR2 Empreendimentos, Inpar e Tecnisa, não houve uniformidade no grau de evidenciação no período analisado. Estas empresas foram destaque no ano de 2006, mas não foram em 2007, ou seja, as informações não evoluíram no decorrer dos anos.

Com relação ao conteúdo dos itens voluntários, estes também já começaram a ser evidenciados no ano anterior (2006), sendo destaque a mesma empresa relacionada nos itens obrigatórios e recomendados, a Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário S.A., seguida pela empresa Tecnisa S.A. Já em 2007 o destaque foi para a empresa Agra Empreendimentos Imobiliários S.A., notando-se uma evolução em suas evidenciações, de 3 para 6 sentenças. Na seqüência encontra-se a empresa MRV Engenharia e Participações S.A., com uma evolução em suas evidenciações de 2 para 4 sentenças.

4.3.2 Evolução geral na evidenciação das informações ambientais nos RA de 2005 a 2007

A Tabela 5 apresenta os itens relacionados à evidenciação ambiental de acordo com os elementos já estabelecidos no item 4.3.1 (Evolução geral na evidenciação das informações sociais nos Relatórios da Administração de 2005 a 2007).



Tabela 5 - Evolução geral na evidencição das informações ambientais nos RA de 2005 a 2007

Empresas – ingresso 2006	Obrigatório e Recomendado			Voluntário		
	2005	2005	2006	2007	2006	2007
Abyara Planejamento Imobiliário S.A.	0	0	0	0	0	0
Brascan Residential Properties S.A.	0	0	3	0	0	0
Company S.A.	0	0	0	0	0	0
Klabin Segal S.A.	0	0	0	0	1	0
TOTAL	0	0	3	0	1	0
Empresas – ingresso 2007	Obrigatório e Recomendado			Voluntário		
	2005	2005	2006	2007	2006	2007
Agra Empreendimentos Imobiliários S.A.	0	0	0	0	0	0
Camargo Correa Desenv. Imobiliário S.A.	0	3	4	0	2	5
Construtora Tenda S.A.	0	0	0	0	1	0
CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.	0	0	0	0	3	0
Even Construtora e Incorporadora S.A.	0	0	0	0	0	0
Ez Tec Empreend. e Participações S.A.	0	0	0	0	0	0
Helbor Empreendimentos S.A.	0	0	0	0	2	2
Inpar S.A.	0	0	0	0	1	0
JHSF Participações S.A.	0	0	0	0	0	1
MRV Engenharia e Participações S.A.	0	0	0	0	0	0
PDG Relaty S.A. Empreend. e Participações	0	0	0	0	0	0
Rodobens Negócios Imobiliários S.A.	0	0	1	0	1	1
Tecnisa S.A.	0	1	0	0	3	0
Trisul S.A.	0	0	1	0	0	1
TOTAL	0	4	6	0	13	10

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados relacionados ao conteúdo dos itens obrigatórios ou recomendados no relatório da administração referente às empresas que ingressaram em 2006, a um dos níveis de GC, denotam que, mesmo as empresas fazendo parte do NM, as informações pertinentes à área ambiental começaram a ser evidenciadas somente no ano seguinte. Mesmo assim, somente foram evidenciados pela empresa Brascan Residential Properties S.A.

Com relação a evidencição do conteúdo voluntário das informações ambientais, apenas a empresa Klabin Segall se pronunciou no ano de sua adesão (2006), sendo que, no exercício subseqüente (2007) nada mais foi evidenciado.

Sobre o conteúdo dos itens obrigatórios ou recomendados no relatório da administração referente às empresas que ingressaram em 2007 em um dos níveis de GC, apenas duas se pronunciaram com informações ambientais nos RA no ano anterior (2006), sendo elas Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário S.A. e Tecnisa S.A.

No que concerne ao conteúdo dos itens voluntários, uma quantidade maior de empresas apresentaram informações ambientais. No entanto, percebe-se que não houve uma



evolução nas informações, pois muitas empresas que em 2006 apresentaram informações, no ano de 2007, que foi o ano do ingresso ao NM, nada mais evidenciaram. Exemplo disso são as empresas Construtora Tenda, CR2 Empreendimentos, Inpar e Tecnisa.

4.4 Evolução dos itens de evidenciação social e ambiental predominantes nos Relatórios da Administração

Nesta seção procurou-se identificar nos RA das empresas a evolução dos itens de evidenciação social e ambiental predominantes. A contagem das sentenças do exercício de 2006 foi das empresas ingressantes em 2006 somadas às empresas ingressantes em 2007, retroagindo nessas aos RA de 2006. Em virtude do baixo número de observações apresentados nos RA das empresas, definiu-se que os itens que totalizavam duas ou mais observações fariam parte da seleção dos itens predominantes.

4.4.1 Evolução dos itens de evidenciação social predominantes nos RA

A Tabela 6 apresenta os itens de evidenciação social predominantes nos RA das empresas no período analisado. Realizou-se a contagem dos itens sociais de todas as empresas (em conjunto).

Tabela 6 - Evolução dos itens de evidenciação social predominantes nos RA

Itens de evidenciação social	Nº de sentenças em 2005	Nº de sentenças em 2006	Nº de sentenças em 2007
Ações/projetos sociais	0	2	14
Assistência médica	0	2	Nº de obs. insatisfatório
Benefícios	0	2	4
Construção e revitalização de praças	0	Nº de obs. insatisfatório	3
Estagiários	0	Nº de obs. insatisfatório	3
Participação nos lucros	0	Nº de obs. insatisfatório	3
Planos de Stock Options	0	0	2
Recursos humanos	0	6	7
Remuneração	0	2	4
Responsabilidade Social	0	2	4
Retenção de talentos	0	0	3
Vale refeição	0	2	Nº de obs. insatisfatório
Vale transporte	0	2	Nº de obs. insatisfatório
TOTAL	0	20	47

Fonte: dados da pesquisa.



Conforme dados apresentados, no ano de 2005 nenhuma empresa fez menção para os aspectos sociais. Isso foi motivado em muitos casos devido às empresas não serem de capital aberto, logo não haviam relatórios publicados; e, em outros, pelo fato das empresas terem sido constituídas posteriormente. No ano de 2006, verifica-se uma preocupação maior por parte das empresas no que diz respeito aos recursos humanos, contemplado com 6 sentenças, sendo que este item em 2007 totalizou 7 sentenças. Na seqüência aparece o item relacionado às ações e projetos sociais realizados pelas empresas, com 2 sentenças, apresentando uma evolução expressiva no ano de 2007 para 14 sentenças.

Os itens com quantidade de observações igual a 2 em 2006 são: assistência médica, benefícios, remuneração, responsabilidade social, refeição e transporte. Como o item relacionado à assistência médica em 2007 apresentou número de observações inferior a 2, este não foi computado. O item benefício caracterizou em 2007 um total de 4 sentenças, também demonstrando evolução em comparação ao ano de 2006. Os itens remuneração e responsabilidade social também evoluíram pouco em 2007, apresentando 2 sentenças em 2006 para 4 sentenças em 2007.

Já os itens relacionados à refeição e transporte tiveram suas observações reduzidas no ano de 2007, resultando num número insatisfatório de observações. Os itens relacionados à construção e revitalização de praças, estagiários e participação nos lucros não alcançaram o número mínimo de observações em 2006, sendo que em 2007 estes caracterizaram 3 sentenças cada. Os planos de *Stock Options* foram evidenciados somente no ano de 2007, caracterizando 2 sentenças. Em relação ao item retenção de talentos, esse em 2007 apresentou 3 sentenças contra zero em 2006.

4.4.2 Evolução dos itens de evidenciação ambiental predominantes nos RA

A Tabela 7 apresenta os itens de evidenciação ambiental predominantes nos RA das empresas no período analisado. Realizou-se a contagem dos itens ambientais de todas as empresas (em conjunto).



Tabela 7 - Evolução dos itens de evidenciação ambiental predominantes nos RA

Itens de evidenciação ambiental	Nº de sentenças em 2005	Nº de sentenças em 2006	Nº de sentenças em 2007
Plantio/doação de mudas	0	Nº de obs. Insatisfatório	4
Normas, leis e regulamentos ambientais	0	5	3
Preservação do meio ambiente	0	2	4
Desenvolvimento sustentável	0	Nº de obs. Insatisfatório	5
Economia de água	0	2	Nº de obs. Insatisfatório
Eficiência energética	0	2	Nº de obs. Insatisfatório
Responsabilidade ambiental	0	0	3
TOTAL	0	11	19

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme dados apresentados, no ano de 2005, nenhuma empresa fez menção para os aspectos ambientais, pelos motivos já mencionados no item 4.4.1 (Evolução dos itens de evidenciação social predominantes nos Relatórios da Administração). Em 2006 nota-se maior preocupação no item relacionado às normas, leis e regulamentações ambientais, com 5 sentenças, sendo que este item em 2007 apresentou uma redução nos RA, caracterizando somente 3 sentenças. Em relação à preservação do meio ambiente, as empresas apresentaram 2 sentenças em 2006, contra 4 no ano de 2007, caracterizando assim uma minuciosa evolução.

No que diz respeito à economia de água e eficiência energética, estas em 2006 resultaram em 2 observações cada, sendo que no ano seguinte a quantidade foi insatisfatória para a pesquisa. No ano de 2007, surgiu a preocupação por parte das empresas com relação ao plantio e doação de mudas de árvores, forma esta de demonstrarem sua preocupação com o reflorestamento e preservação do meio ambiente. Embora seja um número insignificante, 4 sentenças, mas já demonstra que as empresas estão se conscientizando, visto que em 2006 a quantidade foi insatisfatória para a pesquisa.

O item relacionado ao desenvolvimento sustentável foi o que teve maior número de sentenças em 2007, totalizando 5. Percebe-se assim uma evolução neste item, pois em 2006 sua quantidade foi insatisfatória para a pesquisa. O item responsabilidade ambiental caracterizou 3 sentenças em 2007 contra nenhuma em 2006, demonstrando assim uma evolução por parte das empresas.



4.5 Análise Comparativa do Grau de evidenciação social e ambiental nos Relatórios da Administração

Buscou-se analisar nesta seção o grau de evidenciação social e ambiental nos RA das empresas que em 2006 ingressaram em um dos níveis de GC comparativamente às que ingressaram em 2007, tendo como base o ano de 2007.

4.5.1 Análise comparativa do grau de evidenciação social nos RA

A Tabela 8 apresenta uma análise comparativa dos itens de evidenciação social com base nos relatórios da administração de 2007, das empresas que ingressaram em 2006 em um dos níveis de GC com aquelas que ingressaram em 2007. Todos os itens relacionados aos aspectos sociais localizados nos RA foram considerados para esta análise, independente da quantidade de sentenças evidenciadas.

Tabela 8 - Análise comparativa dos itens de evidenciação social de 2007 das empresas que ingressaram em 2006 com aquelas que ingressaram em 2007

Itens de evidenciação social	Empresas – ingresso 2006 nº de sentenças	Empresas – ingresso 2007 nº de sentenças
Ações/projetos sociais	0	14
Assistência médica	0	1
Benefícios	1	4
Capacitação e motivação	0	1
Construção e revitalização de praças	0	3
Estagiários	1	2
Gestão de pessoas	0	1
Participação nos lucros	1	2
Planos de Stock Options	0	2
Planos de crescimento	0	1
Qualidade de vida	1	0
Recursos humanos	1	6
Remuneração	0	4
Responsabilidade Social	1	3
Retenção de talentos	1	2
Treinamentos	0	1
Vale refeição	0	1
Vale transporte	0	1
TOTAL	7	49

Fonte: dados da pesquisa.

As empresas com data de adesão em 2006 ao NM apresentaram 1 sentença para cada um dos itens: benefícios, estagiários, participação nos lucros, qualidade de vida, recursos humanos, responsabilidade social e retenção de talentos.



As empresas que ingressaram em 2007 no NM apresentaram uma variedade maior de itens, sendo destaque as ações/projetos sociais com 14 sentenças; seguido do item recursos humanos, com 6 sentenças. Na seqüência encontram-se os itens, benefícios e remuneração com 4 sentenças cada.

Os resultados da evidenciação dos itens sociais revelam que a concentração está nas empresas que aderiram a um nível de GC em 2007. As empresas que ingressaram em 2006 evidenciaram um total de 7 sentenças para 49 sentenças daquelas que ingressaram em 2007.

4.5.2 Análise comparativa do grau de evidenciação ambiental nos RA

A Tabela 9 apresenta uma análise comparativa dos itens de evidenciação ambiental de acordo com os elementos já abordados no item 4.5.1 (Análise comparativa do grau de evidenciação social nos Relatórios da Administração).

Tabela 9 - Análise comparativa dos itens de evidenciação ambiental de 2007 das empresas que ingressaram em 2006 com aquelas que ingressaram em 2007

Itens de evidenciação ambiental	Empresas – ingresso 2006 nº de sentenças	Empresas – ingresso 2007 nº de sentenças
Plantio/doação de mudas	1	3
Construção de redes de tratamento de esgoto	0	1
Calçamento ecológico	0	1
Certificação ISO	1	0
Adoção de áreas de vegetação	0	1
Laudo técnico ambiental	0	1
Licenças ambientais	0	1
Supressão de vegetação	0	3
Normas, leis e regulamentos ambientais	1	3
Preservação do meio ambiente	1	0
Reflorestamento	1	4
Desenvolvimento sustentável	0	1
Economia de água	0	1
Eficiência energética	0	3
Responsabilidade ambiental	0	3
TOTAL	5	24

Fonte: dados da pesquisa.

As empresas que ingressaram em 2006 ao NM apresentaram 1 sentença para cada um dos itens: certificação ISO, desenvolvimento sustentável, plantio/doação de mudas, preservação do meio ambiente e reflorestamento.



As empresas que ingressaram em 2007 apresentaram uma variedade maior de itens, sendo destaque o item desenvolvimento sustentável, com 4 sentenças; seguido dos itens, normas, leis e regulamentos ambientais, plantio/doação de mudas, preservação do meio ambiente e responsabilidade ambiental, com 3 sentenças cada.

Os resultados indicam que o destaque na evidenciação dos itens ambientais concentrou-se nas empresas que aderiram a um nível de GC em 2007, apresentando estas 24 sentenças para 5 sentenças evidenciadas pelas empresas com data de adesão em 2006. Constatamos assim, que as empresas com data de adesão em 2007 prestaram maiores informações pertinentes à área ambiental em 2007.

5 CONCLUSÕES

Diante da premissa que o Relatório da Administração é considerado um meio de comunicação da empresa e que neste contexto tem-se a evidenciação de informações de caráter social e ambiental, esta pesquisa teve por objetivo identificar o nível de evidenciação social e ambiental no RA das empresas do setor de construção civil listadas na governança corporativa da Bovespa. Por meio da técnica da análise de conteúdo, optou-se como unidade de análise a sentença (frase) para a quantificação da evidenciação e consideraram-se os seguintes tipos de evidenciação: declarativa (tipo 1), quantitativa não-monetária (tipo 2), quantitativa monetária (tipo 3) e quantitativa monetária e não-monetária (tipo 4).

Os resultados indicaram que independente das informações, sejam elas de caráter social ou ambiental, as empresas com data de adesão em 2006 só passaram a prestar informações no ano subsequente (2007), caracterizando mais sentenças do (tipo 1) declarativa. As empresas com data de adesão em 2007 começaram a prestar informações de caráter social e ambiental no ano anterior (2006) à sua adesão ao NM e verificou-se que nestas empresas as informações de cunho social apresentaram evolução na quantidade de sentenças evidenciadas, sendo destaque o tipo 1 de evidenciação. No aspecto ambiental ocorreu a situação inversa, ou seja, após um exercício à data de adesão, verificou-se redução nas informações prestadas no tipo 1 e nenhuma informação nos demais tipos.

Os resultados relacionados aos itens obrigatórios e recomendados mostram que independente dos aspectos serem sociais ou ambientais, as empresas com data de ingresso em 2006 apresentaram evidências somente no ano subsequente ao ingresso (2007). Em relação



aos itens voluntários, as empresas apresentaram evidências no ano de seu ingresso, apresentando evolução nos aspectos sociais de um ano para o outro, oposto não ocorrido nos aspectos ambientais.

Para as empresas que ingressaram em 2007, os itens relacionados como obrigatórios e recomendados, em relação aos aspectos sociais apresentaram redução, 21 sentenças em 2006 para 18 sentenças em 2007, assinalando assim a falta de uniformidade nas informações. No que concerne aos itens voluntários, houve uma evolução nas informações de 9 para 18 sentenças apresentadas. Em relação aos aspectos ambientais, o conteúdo relacionado aos itens obrigatórios e recomendados também apresentou uma evolução nas informações de 4 para 6 sentenças, sendo que o mesmo não ocorreu para os itens voluntários, que reduziram de 13 para 10 sentenças.

Ao identificar os itens predominantes evidenciados nos aspectos sociais e ambientais e sua evolução no período de 2005 a 2007, percebeu-se uma evolução, tanto para os aspectos sociais quanto para os ambientais. As evidenciações de caráter social apresentaram um total de 20 e 47 sentenças nos RA dos exercícios de 2006 e 2007 respectivamente. Nos aspectos ambientais os resultados não foram diferentes, os RA apresentaram aumento nas evidenciações, de 11 para 19 sentenças nos anos de 2006 e 2007.

Ao analisar comparativamente o grau de evidenciação social e ambiental nos RA das empresas, tendo como base o ano de 2007, as empresas que mais apresentaram evidenciações tanto para os aspectos sociais quanto para os aspectos ambientais foram aquelas com data de adesão em 2007. Para os aspectos sociais, as empresas que ingressaram em 2006 apresentaram um total de 7 sentenças contra 49 sentenças para as empresas que ingressaram em 2007. Resultados semelhantes foram encontrados nas evidenciações dos aspectos ambientais, sendo 5 sentenças evidenciadas pelas empresas que ingressaram em 2006 e 24 sentenças pelas empresas que ingressaram em 2007.

Conclui-se que de modo geral o nível de evidenciação social e ambiental no relatório da administração das empresas do setor de construção civil listadas na governança corporativa da Bovespa melhorou com a adesão das empresas a um nível de governança corporativa da Bovespa. No entanto, é preciso considerar que o fato de se ter tomado como referência o número de frases para aferir o nível de evidenciação social e ambiental, é possível que textos mais prolixos representem maior nível de evidenciação do que textos menos analíticos, o que pode não ser uma verdade absoluta. Todavia, a frase serve como referência para análise da



evolução quando se presume que o profissional contábil tenha sido o mesmo ao longo dos três anos analisados ou que a cultura de transparência da empresa não muda rapidamente.

Recomenda-se para futuras pesquisas sobre o tema, que sejam investigados outros setores da economia, e que os resultados sejam comparados com os achados do presente estudo. Também recomenda-se que sejam pesquisados outros documentos publicados pelas empresas, como é o caso das notas explicativas, já que o relatório da administração não é o único documento que as empresas podem utilizar para evidenciar seus planos e ações sociais e ambientais para demonstrar a sua responsabilidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Monica Cavalcanti Sa de; FERNANDES, Jossandra Sampaio; SOARES, Francisco de Assis; SILVA FILHO, José Carlos Lázaro da. Evolução da conduta ambiental de empresas siderúrgicas brasileiras sob a óptica dos relatórios de evidenciação ambiental. **Revista Universo Contábil**, v. 4, n. 4, p. 57-76, out./dez. 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BOVESPA). Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em: 22 mar. 2008.

BRASIL. **Lei nº 6.404**, Lei das Sociedades por Ações, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 22 mar. 2008.

BRASIL. **Lei n. 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **DOU**, 28 dez. 2007.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Parecer de Orientação nº 15**, de 28 de dezembro de 1987. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 22 mar. 2008.

FALCÃO, Eduardo. Divulgação em demonstrações financeiras de companhias abertas. **Caderno de estudos**, n. 12, São Paulo, FIPECAFI, set. 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 2004. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 28 mar. 2008.



IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 47, p. 89 – 101, maio/ago. 2008.

NOSSA, Valcemiro; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Uma análise de conteúdo do *disclosure* ambiental de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. *In*: ENANPAD, 27., Salvador, 2003. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2003. CD-ROM.

OTT, E.; BACKES, R. G.; WIETHAEUPER, D. Informações sobre capital intelectual evidenciadas pelas companhias abertas listadas em nível 1 de governança corporativa da Bovespa. *In*: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5., 2005, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: FEA/USP, 2005. CD-ROM.

PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Maisa de Souza. Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo: USP, n. 36, p. 21-34. set./dez. 2004.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

Artigo recebido em 02/08/2009 e aceito para publicação em 22/10/2009.